

política

Lula veta bets e contraria medidas da própria gestão

Ação vem após venda de 35 outorgas de R\$ 30 milhões desde 2024

/ APOSTAS ESPORTIVAS

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assinou na sexta-feira uma medida provisória para colocar as apostas online na ilegalidade em todo o País, após vender, desde 2024, 35 outorgas de R\$ 30 milhões com permissão para explorar a atividade por cinco anos. O anúncio foi feito pelo ministro da Fazenda, Dario Durigan, que disse que os governos anteriores trataram o tema com vergonha e descaso.

Dados do Ministério da Fazenda, obtidos via Lei de Acesso à Informação, mostram que 43,8 milhões de brasileiros já tinham apostado até o fim de agosto, embora a quantidade de apostadores ativos estivesse baixando, devido a restrições já implementadas contra beneficiários de programas sociais e do programa Desenrola, contra o endividamento. Nos três primeiros semestres de mercado legal, o prejuízo para os jogadores foi de R\$ 57,1 bilhões – o valor que as bets faturaram no período.

A medida, que tem efeito imediato, partiu da campanha eleitoral de Lula e contraria iniciativas da própria gestão petista, que apresentou o projeto de lei de regulamentação do setor com pedido de urgência, trabalhou para a inclusão dos caça-níqueis online como o jogo do tigrinho no arcabouço e se articulou para derrubar limites na publicidade das chamadas bets.

As bets se tornaram um dos temas centrais do governo e da campanha de reeleição do petista. Um dos motivos são estudos que ligam o acesso a essas plataformas ao aumento do endividamento e à inadimplência da população.

Além disso, a oposição a essas empresas é popular junto ao eleitorado, e serve para o petista buscar mais votos a pouco mais de uma semana do primeiro turno das eleições.

O pacote apresentado no evento inclui um projeto de lei para criminalizar a exploração do jogo, com previsão de pena de até seis anos de prisão.

Entre 2023 e 2024, o governo apresentou a regulamentação como uma forma de combater a lavagem de dinheiro, aumentar a arrecadação e gerar empregos. Disse ainda que era uma exigência legal, dado que a última lei sancionada pelo então presidente Michel Temer (MDB) que liberou as apostas online no país determinava a regulamentação em até quatro anos. O governo Bolsonaro se omitiu da responsabilidade por pressão de parlamentares evangélicos.

Em nota, o Ministério da Fazenda afirmou que a regulação do setor “manteve o foco na proteção das pessoas, com regras rígidas de entrada, combate à lavagem de dinheiro, controle dos meios de pagamento, proteção de crianças e adolescentes e responsabilização das empresas na relação com os cidadãos”. Disse também que o modelo tem reconhecimento internacional.

Segundo empresários do setor ouvidos sob reserva, a gestão petista não indicou se devolverá os R\$ 2,55 bilhões que arrecadou com



CHATGPT/REPRODUÇÃO/JC

Arrecadação com o setor somou cerca de R\$ 10 bilhões em 2025

a venda de licenças de operação.

Eles dizem que o veto pode levar à dispensa de até 10 mil empregos diretos, mas parte das empresas deve manter suas equipes, para testar se as medidas do Executivo resistirão à Justiça e ao Legislativo. As bets são um setor com baixa intensidade de trabalho, tendo a maior parte de seu investimento dedicado ao marketing e à tecnologia.

Representantes das plataformas de apostas dizem que irão recorrer à Justiça para buscar a devolução das outorgas pagas e o ressarcimento dos investimentos realizados. A promessa deve ser confirmada em manifesto divulgado ainda nesta sexta. As associações do setor também já buscam frentes parlamentares ligadas ao

centrão, o maior bloco do Congresso, para levantar oposição à iniciativa governista. A FPLM (Frente Parlamentar pelo Livre Mercado) elaborou um estudo estimando desfalque de R\$ 2,69 bilhões em repasses aos estados devido à suspensão da destinação social de 13% sobre as receitas das bets – parte vai a ministérios e outra a associações beneficentes da saúde e do esporte. Segundo dados da Receita Federal, a arrecadação com o setor foi de cerca de R\$ 10 bilhões em 2025, cifra que deve aumentar neste ano com o avanço do faturamento das plataformas. Já no primeiro semestre de 2026, foram arrecadados cerca de R\$ 7,3 bilhões. Em 2027, ainda havia previsão de tributação da atividade por meio do imposto seletivo.

Medida afeta times de futebol e emissoras de televisão

O fim das apostas lícitas deve ter impacto nas emissoras de televisão e nos times de futebol, embora não seja um golpe fatal. Os contratos publicitários das empresas do setor têm cláusulas destinadas a mudanças regulatórias.

Bets que patrocinam programas de televisão notificaram emissoras como Globo, Band e RedeTV!. Elas avisaram que rescindiriam contratos caso Lula decidisse banir as casas de apostas no Brasil. O setor é um dos que mais anunciam em programas de

TV aberta, com investimento declarado de R\$ 153 milhões só em agosto. Segundo a coluna Outro Canal, setores comerciais da Globo, da ESPN, da TNT Sports e da CazéTV se articulam nos bastidores em busca de alternativas.

As casas de apostas que patrocinam times das Séries A e B do Campeonato Brasileiro também notificaram os clubes sobre a possibilidade de romper os vínculos comerciais de forma imediata.

De acordo com integrantes do governo, após o período de res-

trições eleitorais, também devem ser anunciadas medidas de amparo aos clubes de futebol, como um possível aumento na concessão de crédito ou renegociação de dívidas.

Houve especulação de que o socorro viria por meio de linhas de crédito do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), mas a instituição nega. “O banco possui vedação estatutária para realizar financiamento para clubes.”

A campanha de Lula apos-

ta que a decisão do presidente de proibir as bets pega no contrapé a candidatura de Flávio Bolsonaro (PL). A avaliação é que o senador não teria como fazer reparos à medida, que tem apelo popular e agrada a uma parte importante de sua base, a dos evangélicos. Pesquisas internas do PT também mostram popularidade do veto às bets entre as mulheres, eleitorado no qual Lula tenta abrir vantagem.

Um levantamento do instituto Ipsos-Ipec, realizado com a entidade More in Common, mostrou,

em julho, que 18% dos entrevistados atribuíam a culpa do avanço das bets ao petista, enquanto 4% ligavam a situação à gestão bolsonarista e 33%, às duas gestões – 35% diziam que não era culpa do governo.

A proibição seria uma forma de reverter a imagem pública de Lula em relação às bets, que faz fortes críticas à atividade desde o ano passado, embora seu Ministério da Fazenda tenha comandado o desenho do atual mercado regulado.

Dino anula decisão do TSE e libera posts sobre a padroeira do Brasil

/ STF

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), anulou decisão do colega André Mendonça e liberou publicações nas redes sociais sobre a lei que transformou Nossa Senhora Aparecida em “padroeira do Brasil”. O boato de que Flávio Bolsonaro (PL) iria, se

eleito, retirar o título da santa causou danos à campanha, que pediu intervenção do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Mendonça deu decisão favorável ao candidato. Ontem, Dino disse que postagens como a do ator Antônio Tabet não trazem “grau de certeza de ilicitude para extrair duríssimas consequências contra a liberdade de expressão”.

Avaliação negativa do Supremo vai a 47%, aponta pesquisa

Pesquisa divulgada pelo Datafolha, mostra que 37% dos entrevistados consideram o Congresso Nacional ruim ou péssimo, enquanto 18% consideram que os congressistas fazem um ótimo trabalho. Para 40% dos entrevistados, o Congresso é regular e outros 6% não souberam responder.

O instituto também divulgou nova pesquisa que avalia o Supremo Tribunal Federal (STF) e,

de acordo com o levantamento, a avaliação negativa da corte subiu para 47%. Em maio passado, 40% dos entrevistados consideravam ruim o trabalho do STF. O índice atual é o mais alto da série histórica que começou em 2019.

A aprovação do Supremo é maior entre os eleitores de Lula – 32% consideram que o STF faz um bom trabalho. Já entre os eleitores de Flávio Bolsonaro, candi-

dato à presidência pelo PL, apenas 6% aprovam o trabalho dos ministros da corte. Já na avaliação negativa, ocorre o contrário: 69% dos eleitores de Flávio Bolsonaro avaliam negativamente o STF, enquanto 24% dos eleitores de Lula, consideram o STF ruim ou péssimo.

O levantamento, realizado entre os dias 22 e 23, ouviu 2.002 eleitores.